

Justiça define ação urgente contra erosão em praias de São Vicente

Prefeitura terá de apresentar plano emergencial, iniciar intervenções em até 60 dias



Avanço do mar e perda de faixa de areia levaram a Justiça a determinar medidas emergenciais

A Justiça de São Paulo determinou que a Prefeitura de São Vicente adote medidas emergenciais para conter o avanço da erosão costeira nas praias do Gonzaguinha e dos Milionários, dois dos principais cartões-postais do município no litoral paulista. A decisão liminar foi concedida após ação movida pelo Ministério Público de São Paulo, por meio do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), que apontou riscos à população, ao patrimônio público e ao equilíbrio ambiental diante do agravamento do recuo da faixa de areia.

Pela decisão judicial, o município terá 30 dias para apresentar um Plano de Ação Emergencial de Ressacas, documento que deverá reunir estratégias imediatas para enfrentar os impactos das marés altas, ondas intensas e novos episódios de avanço do mar. O objetivo é estabelecer respostas rápidas para minimizar danos

estruturais e proteger moradores, comerciantes e frequentadores da orla.

Além disso, a prefeitura deverá iniciar, em até 60 dias, intervenções consideradas leves e reversíveis nos trechos mais críticos das praias atingidas. Entre elas está o chamado reperfilamento da faixa de areia, técnica utilizada para redistribuir sedimentos e recompor temporariamente o perfil natural da praia, reduzindo a força das ondas e desacelerando o processo erosivo. A medida é apontada por especialistas como uma alternativa emergencial menos impactante que grandes obras de contenção.

Outro ponto importante da decisão determina a retirada ou o recuo de mobiliários urbanos e equipamentos instalados na área de pós-praia, especialmente em regiões classificadas como mais vulneráveis. Também foi estabelecida a proibição da circulação de veículos sobre a areia nesses

locais, prática que pode agravar a compactação do solo e comprometer ainda mais a dinâmica costeira.

A Justiça também exigiu que o município apresente um plano detalhado de custeio das ações emergenciais e reserve dotação orçamentária específica para enfrentar o problema já no orçamento de 2027. Na prática, a medida busca impedir que a ausência de previsão financeira seja usada como justificativa para atrasos ou paralisação das intervenções necessárias.

A liminar ainda impõe restrições à construção de novas estruturas rígidas, como muros de contenção e espigões, frequentemente utilizados em áreas costeiras. Segundo a decisão, esse tipo de obra só poderá ser executado mediante autorização judicial específica e após avaliação de impacto ambiental. O entendimento é que intervenções mal planejadas podem conter a ero-

são em um ponto, mas transferir o problema para trechos vizinhos da costa.

Em caso de descumprimento das determinações, foi fixada multa diária de R\$ 1 mil, limitada ao teto de R\$ 500 mil. A penalidade funciona como instrumento de pressão para garantir rapidez no cumprimento das ordens judiciais, diante da urgência do cenário observado no município.

Para embasar a ação, o Ministério Público utilizou estudos técnicos da Universidade Federal de São Paulo, que apontam que o avanço do mar nas praias vicentinas não decorre apenas de fenômenos naturais. Segundo os levantamentos, intervenções humanas realizadas ao longo das últimas décadas, como o aterro da Ilha Porchat e a implantação de estruturas rígidas na orla, alteraram a dinâmica natural de transporte de sedimentos, intensificando a perda de areia.

A promotoria também desta-

cou que o problema é conhecido há anos e já foi alvo de estudos e planos desde pelo menos 2012. Apesar disso, não houve execução efetiva de medidas capazes de conter o avanço da erosão, mesmo após sucessivos episódios de ressacas que provocaram alagamentos.

O juiz responsável entendeu que havia elementos suficientes para tutela de urgência. Na avaliação do magistrado, o conjunto de provas demonstra alta vulnerabilidade da orla e ameaça concreta à segurança pública e ao patrimônio urbano, justificando providências imediatas.

Em nota divulgada à imprensa, a Prefeitura de São Vicente informou que pretende recorrer da decisão. O município afirma que já mantém, há cerca de três anos, ações e estudos voltados ao enfrentamento da erosão costeira e sustenta que a liminar não considerou integralmente as medidas já adotadas pela administração.

Estado de SP lança plano para reduzir mortes no trânsito pela metade até 2030

Divulgação/Governo de SP

O Estado de São Paulo lançou o Plano de Segurança Viária (PSV-SP), programa que estabelece metas para reduzir em 50% o número de mortes no trânsito até 2030. A iniciativa prevê salvar cerca de 19 mil vidas nos próximos cinco anos por meio de ações integradas entre órgãos públicos, municípios e entidades ligadas à mobilidade.

O plano foi oficializado por decreto publicado nesta quarta-feira e passa a orientar políticas públicas voltadas à prevenção de acidentes, melhoria da infraestrutura viária, qualificação da fiscalização e ampliação do atendimento às vítimas. A proposta também busca fortalecer a gestão de dados para direcionar ações com base em estatísticas e evidências.

Entre os conceitos adota-

dos está o entendimento de que mortes e lesões graves no trânsito podem ser evitadas. O programa segue referências internacionais como a Visão Zero, que considera inaceitável qualquer morte nas vias, e o Sistema Seguro, modelo que divide responsabilidades entre motoristas, poder público e sociedade.

Na prática, o plano será estruturado em 11 eixos estratégicos. Entre eles estão vias mais seguras, educação para o trânsito, atendimento rápido às vítimas, uso de tecnologia na fiscalização e proteção aos usuários mais vulneráveis, como motociclistas, ciclistas e pedestres.

Os municípios também terão papel central na execução das metas. O Estado prevê apoio técnico para que as prefeituras desenvol-



Meta do Estado é poupar 19 mil vidas nos próximos cinco anos

vam planos locais de segurança viária e criem observatórios municipais conectados ao sistema estadual de monitoramento. A intenção é ampliar a capacidade de diagnóstico e resposta em to-

das as regiões.

A implantação será dividida em três fases. A primeira, até 2027, terá foco na estruturação da governança, medidas urgentes e projetos-piloto. Entre 2028

e 2030, o objetivo será ampliar ações em larga escala para alcançar a meta de redução das mortes. Já entre 2031 e 2035, a proposta será consolidar políticas permanentes e transformar São Paulo em referência nacional no tema.

Dados do Infosiga servirão de base para acompanhamento dos resultados e definição de prioridades. A expectativa é concentrar esforços especialmente nos motociclistas, grupo que lidera os índices de vítimas fatais no trânsito paulista.

Além da redução de mortes, o plano pretende diminuir lesões graves e custos gerados por acidentes, ampliando a segurança nas cidades e rodovias. A expectativa é que as medidas tragam impactos diretos na saúde pública e na mobilidade urbana.